

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2006)

2º Trimestre de 2012

Redução do consumo supera redução do rendimento disponível das famílias determinando aumento da taxa de poupança

No ano terminado no 2º trimestre de 2012, a necessidade de financiamento da economia, em percentagem do PIB, diminuiu para 2,0% (4,2% no ano acabado no trimestre anterior). Esta diminuição refletiu melhorias nos saldos de todos os setores institucionais.

No caso das famílias é de destacar, além do aumento da capacidade de financiamento, o aumento da poupança corrente apesar da redução do rendimento disponível. Efetivamente, refletindo uma redução do consumo mais acentuada que a do rendimento disponível, a taxa de poupança das famílias aumentou para 10,9%, mais 0,2 pontos percentuais (p.p.) que o observado no ano acabado no 1º trimestre.

As sociedades não financeiras diminuíram a sua necessidade de financiamento em 0,3 p.p., para 4% do PIB, refletindo em larga medida a contração do investimento e a redução de custos correntes, nomeadamente com remunerações pagas. As sociedades financeiras registaram uma capacidade de financiamento de 0,5% do PIB, tendo este saldo melhorado 0,9 p.p. face ao trimestre anterior.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas também diminuiu devido a uma redução mais intensa das despesas públicas que a redução das receitas. No 1º semestre de 2012 a necessidade de financiamento situou-se em 6,8% do PIB contra 8,2% em idêntico período de 2011.

Os custos de trabalho por unidade produzida na economia acentuaram a sua redução em consequência sobretudo da diminuição da remuneração média por trabalhador que foi particularmente expressiva no setor das Administrações Públicas.

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 2º trimestre de 2012 das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos

são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Neste "Destaque" descreve-se nas próximas secções: (i) a evolução dos principais agregados por setor institucional; (ii) a evolução do rendimento nacional bruto e do rendimento disponível da nação; (iii) o comportamento das remunerações e dos custos do trabalho por unidade produzida; (iv) os principais fatores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

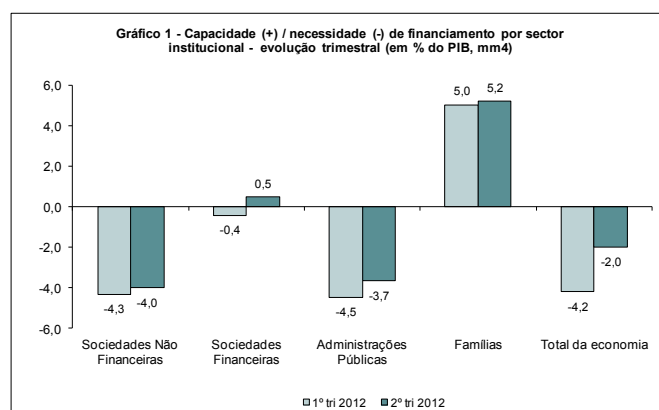
A necessidade de financiamento da economia diminuiu para 2,0% do PIB

No 2º trimestre de 2012, a necessidade de financiamento da economia diminuiu para 2,0% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 2,2 pontos percentuais (p.p.) que no ano acabado no trimestre anterior. Esta evolução favorável refletiu nomeadamente o comportamento do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior, que representou -3,8% do PIB, face a -4,7% no trimestre anterior. O comércio externo também contribuiu de forma positiva para a redução da necessidade de financiamento da economia. As importações de bens e serviços diminuíram 1,9% e as exportações aumentaram 1,4%.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) passou de 4,5% no ano acabado no 1º trimestre de 2012 para 3,7% do PIB no 2º trimestre de 2012. Refira-se que estes resultados refletem ainda o impacto da transferência de carácter extraordinário dos fundos de pensões de instituições financeiras realizada no 4º trimestre de 2011. Excluindo aquela transferência, a necessidade de financiamento seria de -8,3% e -7,8%, no 1º e 2º trimestre, respetivamente. A diminuição da necessidade de financiamento refletiu uma redução das despesas mais intensa que a observada nas receitas. A redução das despesas esteve associada sobretudo à variação das remunerações pagas (-6,7%) e, em menor grau em termos do respetivo contributo, à diminuição das despesas de investimento (-13,3%). Para o conjunto dos restantes setores internos, a capacidade de financiamento situou-se em 1,6% do PIB no 2º trimestre de 2012, o que compara com uma necessidade de financiamento de 0,3% no ano terminado no trimestre anterior. Esta

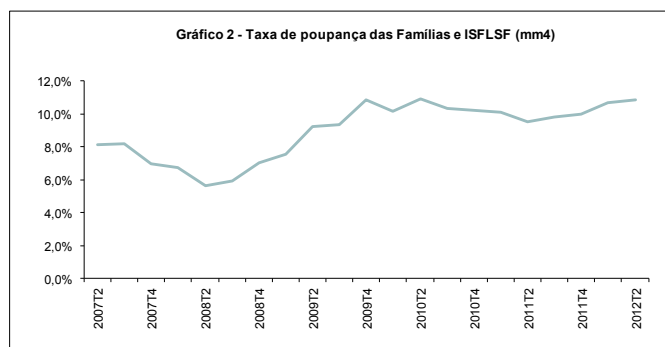
evolução positiva resultou, essencialmente, do comportamento do setor das sociedades financeiras, que registou uma forte redução das despesas com rendimentos de propriedade, em larga medida, como consequência da significativa diminuição da distribuição de dividendos no setor. Efetivamente, o saldo dos rendimentos de propriedade do setor atingiu 1,1% do PIB no 2º trimestre, que compara com 0,2% no trimestre anterior.

Os saldos de capacidade e necessidade de financiamento correspondentes aos setores das famílias e das sociedades não financeiras aumentaram 0,2 p.p. e 0,3 p.p. do PIB, respetivamente.

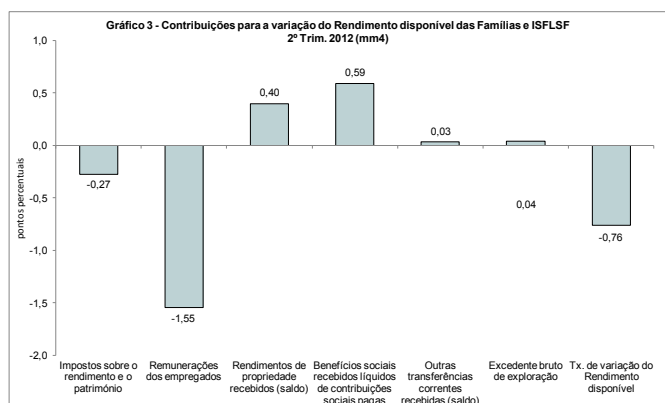


Famílias: taxa de poupança aumentou para 10,9% do rendimento disponível

A capacidade de financiamento das famílias aumentou 0,2 p.p. no 2º trimestre de 2012, para 5,2 % do PIB, traduzindo o ligeiro aumento da poupança corrente. Efetivamente, a taxa de poupança das Famílias fixou-se em 10,9% do rendimento disponível, o que representou um aumento de 0,2 p.p. relativamente ao ano terminado no trimestre anterior.



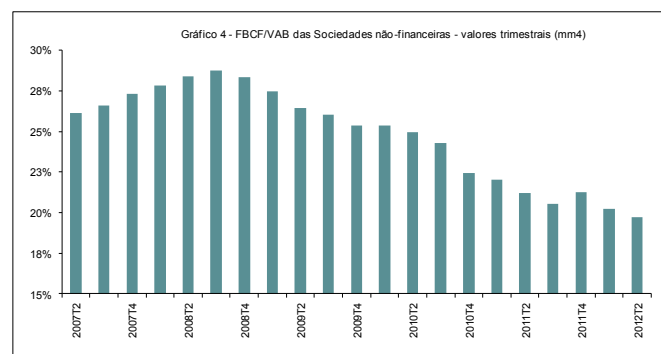
O aumento da poupança refletiu a redução da despesa de consumo final das Famílias, em cerca de 1,0%, mais intensa que a diminuição do rendimento disponível (0,8%). Em termos das componentes do rendimento disponível é de destacar que a redução em 2,3% das remunerações recebidas foi parcialmente compensada pelo aumento das prestações sociais recebidas (líquidas de contribuições sociais pagas), onde se inclui os subsídios de desemprego, e pelo aumento dos rendimentos de propriedade (ver gráfico seguinte) associado fundamentalmente ao aumento dos juros líquidos recebidos.



A diminuição das remunerações pagas foi extensiva a todos os setores institucionais da economia portuguesa, embora com diferente intensidade. Efetivamente, o setor das AP registou uma diminuição das remunerações de 6,7%, enquanto para o total das sociedades a redução foi de 1,1%.

Sociedades Não Financeiras: FBC diminuiu 4,1% no ano terminado no 2º trimestre de 2012

A necessidade de financiamento das sociedades não financeiras diminuiu 0,3 p.p., fixando-se em 4,0% do PIB. Esta diminuição refletiu essencialmente a contração da formação bruta de capital (FBC), que diminuiu 4,1%, e a redução do valor acrescentado bruto (0,8%). A taxa de investimento (medida pelo rácio entre a formação bruta de capital fixo e o valor acrescentado bruto) atingiu 19,7%, que compara com 20,2% observado no ano acabado no 1º trimestre de 2012. Para a melhoria da necessidade de financiamento do setor contribuiu também a redução das remunerações e dos impostos sobre o rendimento, que registaram diminuições de 1,0% e 6,0%, respetivamente.



Sociedades Financeiras: rendimentos de propriedade pagos diminuem 7,7%

No ano acabado no 2º trimestre de 2012, o setor das Sociedades Financeiras registou uma capacidade de financiamento de 0,5% do PIB. Relativamente ao trimestre anterior, aquele resultado representou uma melhoria de cerca de 0,9 p.p.. É de referir que o nível deste saldo incorpora o efeito simétrico ao verificado no saldo das AP atrás referido, relativo à transferência de carácter extraordinário dos fundos de pensões. Na

origem do aumento do saldo no 2º trimestre está a forte redução dos rendimentos de propriedade pagos pelo setor (-7,7%), determinado pela considerável diminuição dos dividendos distribuídos. Pelo mesmo motivo, a poupança corrente registou um aumento de 27,0%, que compara com uma diminuição de 0,5% no ano terminado no trimestre anterior.

Setor das Administrações Públicas: défice reduz-se 0,8 p.p..

A necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas (AP) registou uma melhoria de 0,8 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2012, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 3,7% do PIB. Esta melhoria na necessidade de financiamento resultou da redução mais acentuada na despesa que a verificada na receita (ver Quadros 1 e 2).

Do lado da receita, tendo presente os respetivos contributos para a sua variação total, merecem destaque as reduções dos impostos sobre a produção e a importação e das contribuições sociais. É importante referir que o montante de receitas de capital incorpora a transferência de patrimónios de fundos de pensões de instituições financeiras para as AP, ocorrida no 4º trimestre de 2011.

Do lado da despesa, verificou-se uma redução da despesa corrente em quase todas as suas componentes à exceção dos juros e das prestações sociais. A redução das despesas com o pessoal esteve associada a uma redução do encargo médio por trabalhador, fundamentalmente determinada pela supressão ocorrida neste semestre do subsídio de férias, e em menor grau pela variação do emprego¹.

Tomando como referência valores semestrais (ver Quadro 3), o saldo do 1º semestre situou-se em -5597 milhões de euros, correspondendo a 6,8% do PIB (-6934 milhões de euros no semestre homólogo de 2011 correspondendo a 8,2% do PIB). É de notar que embora se tenha verificado uma redução significativa da despesa corrente, o saldo corrente não evidenciou melhoria em consequência da evolução negativa da receita corrente. Na despesa corrente apenas a despesa com juros e, em menor grau, a despesa com prestações sociais registaram variações homólogas positivas. Na receita corrente as reduções em termos homólogos mais significativas verificaram-se ao nível dos impostos sobre a produção e a importação e das contribuições sociais.

¹ Segundo a Síntese Estatística do Emprego Público do 2.º trimestre 2012 da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, o emprego das AP, no final de junho de 2012, situava-se nos 605 212 postos de trabalho, menos cerca de 5,3 milhares que o trimestre anterior. Esta tendência é também evidenciada pela informação recolhida pelo INE junto da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social.

Quadro 1: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas ao ano acabado no trimestre

unidade: 10⁶ euros

	2011T1	2011T2	2011T3	2011T4	2012T1	2012T2
Receitas totais	72.373,7	72.512,8	73.316,1	76.867,6	76.528,5	76.005,6
Receita corrente	67.599,3	67.655,6	68.424,6	69.275,3	68.944,7	68.182,0
Impostos sobre o rendimento e património	15.725,1	15.591,0	16.058,3	16.962,6	16.853,5	16.917,7
Impostos sobre a produção e importação	23.219,2	23.445,1	23.575,9	23.389,8	23.048,1	22.813,9
Contribuições sociais	21.103,0	21.139,0	21.129,4	20.926,9	20.775,7	20.251,3
Vendas	4.247,4	4.313,4	4.362,8	4.416,8	4.468,1	4.652,4
Outras receitas correntes	3.304,7	3.167,3	3.298,1	3.579,2	3.799,3	3.546,7
Receitas de capital	4.774,4	4.857,1	4.891,5	7.592,3	7.583,8	7.823,6
Despesas totais	88.518,7	87.728,6	86.979,0	84.373,8	84.167,8	82.174,3
Despesa corrente	78.665,6	78.215,6	77.787,8	77.540,2	77.742,6	76.463,3
Prestações sociais	37.730,8	37.500,3	37.413,0	37.623,9	37.925,8	38.083,7
Despesas com pessoal	20.800,0	20.398,3	19.942,9	19.425,7	19.103,7	17.823,9
Juros	5.317,0	5.811,0	6.318,6	6.862,4	7.169,3	7.266,7
Consumo intermédio	8.815,7	8.437,1	8.293,7	8.019,1	8.133,7	7.917,8
Subsídios	1.189,2	1.159,3	1.101,9	1.198,9	1.105,4	1.096,5
Outra despesa corrente	4.813,0	4.909,5	4.717,7	4.410,2	4.304,7	4.274,8
Despesa de capital	9.853,1	9.513,0	9.191,2	6.833,6	6.425,2	5.711,0
Formação bruta de capital fixo	6.184,1	6.237,2	6.002,3	4.402,5	4.414,4	3.812,9
Outra despesa de capital	3.669,0	3.275,8	3.189,0	2.431,1	2.010,8	1.898,1
Saldo corrente	-11.066,3	-10.560,0	-9.363,1	-8.264,9	-8.797,9	-8.281,3
Saldo total	-16.145,0	-15.215,9	-13.662,8	-7.506,2	-7.639,3	-6.168,7
<i>Por Memória:</i>						
Despesa corrente primária	73.348,67	72.404,58	71.469,12	70.677,76	70.573,26	69.196,62
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	172.977,40	172.799,30	172.206,70	170.909,00	170.703,20	168.519,10
Défice em % PIB	-9,3%	-8,8%	-7,9%	-4,4%	-4,5%	-3,7%

Quadro 2: taxas de variação das Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2011T1	2011T2	2011T3	2011T4	2012T1	2012T2
Receitas totais	1,2	0,2	1,1	4,8	-0,4	-0,7
Receita corrente	1,1	0,1	1,1	1,2	-0,5	-1,1
Impostos sobre o rendimento e património	3,5	-0,9	3,0	5,6	-0,6	0,4
Impostos sobre a produção e importação	0,3	1,0	0,6	-0,8	-1,5	-1,0
Contribuições sociais	-0,1	0,2	0,0	-1,0	-0,7	-2,5
Vendas	3,0	1,6	1,1	1,2	1,2	4,1
Outras receitas correntes	1,5	-4,2	4,1	8,5	6,1	-6,6
Receitas de capital	2,6	1,7	0,7	55,2	-0,1	3,2
Despesas totais	0,0	-0,9	-0,9	-3,0	-0,2	-2,4
Despesa corrente	-0,1	-0,6	-0,5	-0,3	0,3	-1,6
Prestações sociais	-0,3	-0,6	-0,2	0,6	0,8	0,4
Despesas com pessoal	-1,4	-1,9	-2,2	-2,6	-1,7	-6,7
Juros	6,7	9,3	8,7	8,6	4,5	1,4
Consumo intermédio	0,8	-4,3	-1,7	-3,3	-7,7	-6,2
Subsídios	-0,3	-2,5	-5,0	8,8	-7,8	-0,8
Outra despesa corrente	-1,9	2,0	-3,9	-6,5	-2,4	-0,7
Despesa de capital	1,0	-3,5	-3,4	-25,7	-6,0	-11,1
Formação bruta de capital fixo	-4,3	0,9	-3,8	-26,7	0,3	-13,6
Outra despesa de capital	11,4	-10,7	-2,7	-23,8	-17,3	-5,6

Quadro 3: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas

	1º semestre 2011		2º semestre 2012		Taxas de variação homóloga (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	32 286.0	38.3	31 424.0	38.4	-2.7
Receita corrente	31 685.6	37.6	30 592.3	37.4	-3.5
Impostos sobre o rendimento e património	6 685.5	7.9	6 640.6	8.1	-0.7
Impostos sobre a produção e importação	11 234.4	13.3	10 658.5	13.0	-5.1
Contribuições sociais	10 104.7	12.0	9 429.1	11.5	-6.7
Vendas	1 961.2	2.3	2 196.7	2.7	12.0
Outras receitas correntes	1 699.8	2.0	1 667.3	2.0	-1.9
Receitas de capital	600.4	0.7	831.7	1.0	38.5
Despesas totais	39 220.0	46.5	37 020.5	45.2	-5.6
Despesa corrente	36 327.5	43.1	35 250.6	43.0	-3.0
Prestações sociais	17 077.9	20.3	17 537.7	21.4	2.7
Despesas com pessoal	9 795.9	11.6	8 194.1	10.0	-16.4
Juros	3 118.0	3.7	3 522.3	4.3	13.0
Consumo intermédio	3 560.2	4.2	3 458.8	4.2	-2.8
Subsídios	517.2	0.6	414.8	0.5	-19.8
Outra despesa corrente	2 258.3	2.7	2 122.9	2.6	-6.0
Despesa de capital	2 892.5	3.4	1 769.9	2.2	-38.8
Formação bruta de capital fixo	2 053.6	2.4	1 464.1	1.8	-28.7
Outra despesa de capital	838.8	1.0	305.8	0.4	-63.5
Saldo corrente	-4 641.9	-5.5	-4 658.3	-5.7	0.4
Saldo total	-6 934.0	-8.2	-5 596.5	-6.8	-19.3

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto diminui 0,4% no 2º trimestre de 2012

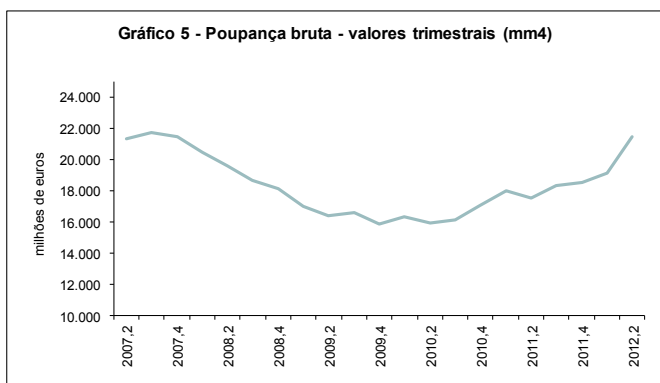
No 2º trimestre de 2012, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, uma taxa de variação de -0,4%, superior em 0,9 p.p. à taxa de variação do PIB. Este comportamento reflete a melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior. Efetivamente, o saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior passou de -4,7% do PIB no 1º trimestre para -3,8% no 2º trimestre de 2012.

Quadro 4: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2007T1	163 357		158 492		160 035	
2007T2	165 582	1.4	160 641	1.4	162 317	1.4
2007T3	167 537	1.2	162 443	1.1	164 223	1.2
2007T4	169 319	1.1	163 946	0.9	165 658	0.9
2008T1	170 341	0.6	164 708	0.5	166 376	0.4
2008T2	171 288	0.6	165 401	0.4	166 949	0.3
2008T3	172 133	0.5	165 900	0.3	167 564	0.4
2008T4	171 983	-0.1	165 836	0.0	167 636	0.0
2009T1	170 829	-0.7	164 294	-0.9	166 018	-1.0
2009T2	169 280	-0.9	162 622	-1.0	164 257	-1.1
2009T3	168 616	-0.4	162 334	-0.2	163 688	-0.3
2009T4	168 504	-0.1	161 639	-0.4	162 800	-0.5
2010T1	169 524	0.6	162 972	0.8	164 054	0.8
2010T2	170 706	0.7	164 066	0.7	165 324	0.8
2010T3	172 133	0.8	165 155	0.7	166 537	0.7
2010T4	172 670	0.3	166 953	1.1	168 288	1.1
2011T1	172 976	0.2	167 577	0.4	169 082	0.5
2011T2	172 798	-0.1	166 389	-0.7	167 822	-0.7
2011T3	172 205	-0.3	166 279	-0.1	167 742	0.0
2011T4	170 909	-0.8	164 597	-1.0	166 129	-1.0
2012T1	170 703	-0.1	163 999	-0.4	165 571	-0.3
2012T2	168 519	-1.3	163 419	-0.4	165 022	-0.3

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) apresentou uma taxa de variação de -0,3% no 2º trimestre de 2012. A

despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 2,0%, o que determinou um aumento de 12,4% da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.



A FBC para o total da economia registou uma diminuição de 4,8% no 2º trimestre de 2012 (variação de -2,7% no trimestre anterior). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram a redução da necessidade de financiamento externo da economia para 2,0% do PIB (4,2% no trimestre anterior).

Quadro 5 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

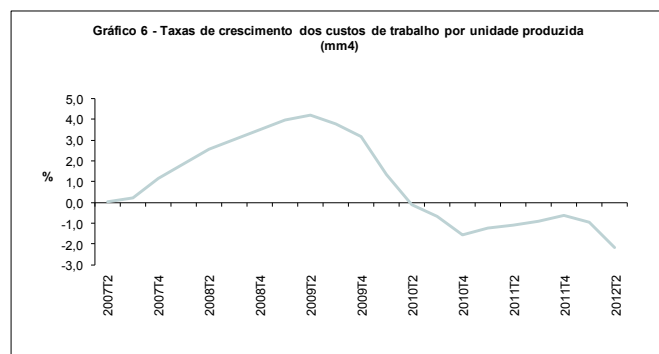
ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2007T2	12,9	1,2	22,4	-8,3
2007T3	13,0	1,2	22,5	-8,3
2007T4	12,7	1,1	22,7	-8,9
2008T1	12,0	1,1	22,9	-9,7
2008T2	11,4	1,1	23,1	-10,6
2008T3	10,8	0,9	23,3	-11,6
2008T4	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009T1	10,0	0,8	22,2	-11,4
2009T2	9,7	1,1	21,3	-10,4
2009T3	9,9	1,2	20,6	-9,5
2009T4	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010T1	9,6	1,1	20,2	-9,4
2010T2	9,3	1,0	20,1	-9,8
2010T3	9,4	1,0	19,7	-9,4
2010T4	9,9	1,3	19,6	-8,4
2011T1	10,4	1,4	19,5	-7,7
2011T2	10,1	1,4	19,0	-7,4
2011T3	10,6	1,4	18,6	-6,5
2011T4	10,9	1,4	17,4	-5,1
2012T1	11,2	1,5	16,9	-4,2
2012T2	12,7	1,6	16,4	-2,0

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP): redução em 2,2% no 2º trimestre de 2012

No conjunto da economia verificou-se uma redução das remunerações traduzindo os efeitos conjugados da redução do emprego remunerado e da remuneração média por trabalhador.

Efetivamente, no 2º trimestre de 2012, as remunerações pagas registaram uma diminuição de 2,3% (variação de -0,8% no ano acabado no 1º trimestre de 2012). Esta evolução refletiu sobretudo a diminuição das despesas com remunerações do setor das AP (taxa de variação de -6,7%) e do setor das sociedades não financeiras (taxa de variação de -1,0%).

A variação negativa dos CTUP acentuou-se, passando de -1,0% no ano acabado no 1º trimestre de 2012 para -2,2% no 2º trimestre de 2012. O contributo da diminuição da remuneração média para aquela variação foi ainda reforçado pelo comportamento da produtividade aparente da economia, que aumentou no 2º trimestre de 2012.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 1º trimestre de 2012, são de destacar:

- i. A revisão das estimativas relativas aos rendimentos de propriedade entre a economia nacional e o Resto do Mundo, para o ano de 2011 e 1º trimestre de 2012;
- ii. A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver “Destaque” de 7 de setembro passado).

- iii. A incorporação da informação sobre as AP subjacente à notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, cujos principais resultados são divulgados em simultâneo com estas contas setoriais trimestrais.
- iv. A alteração do registo dos Serviços de Intermediação Financeira ao nível das AP que, não tendo impacto na poupança corrente e na necessidade de financiamento, implicou uma revisão das séries dos juros pagos bem como do consumo intermédio deste setor institucional desde o 2º trimestre de 2011.

Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Setor Institucional

As Contas Trimestrais por Setor Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Neste destaque o setor institucional das famílias inclui as instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias.

O programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os setores, **Sociedades Não Financeiras (S11)**, **Sociedades financeiras (S12)**, **Administrações Públicas (S13)**, **Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M)**, **total da economia (S1)** e **Resto do Mundo (S2)**:

– Operações sobre bens e serviços (P):

- P.1 Produção
- P.2 Consumo intermédio
- P.3 Despesa de consumo final
 - P.31 Despesa de consumo individual
 - P.32 Despesa de consumo colectivo
- P.4 Consumo final efectivo
 - P.41 Consumo efectivo individual
 - P.42 Consumo efectivo colectivo
- P.5 Formação bruta de capital
 - P.51 Formação bruta de capital fixo
 - P.52 Variação de existências
- P.53 Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e serviços
 - P.61 Exportação de bens
 - P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
 - P.71 Importação de bens
 - P.72 Importação de serviços

– Operações de distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
- D.11 Ordenados e salários

- D.21 Impostos sobre os produtos
- D.29 Outros impostos sobre a produção
- D.3 Subsídios
 - D.31 Subsídios aos produtos
 - D.39 Outros subsídios à produção
- D.4 Rendimentos de propriedade
 - D.41 Juros
 - D.42 Rendimentos distribuídos das sociedades
 - D.43 Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
 - D.44 Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
 - D.45 Rendas
- D.5 Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
- D.6 Contribuições e prestações sociais
 - D.61 Contribuições sociais
 - D.62 Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
 - D.63 Transferências sociais em espécie
- D.7 Outras transferências correntes
 - D.71 Prémios líquidos de seguros não-vida
 - D.72 Indemnizações de seguros não-vida
 - D.73 Transferências correntes entre administrações públicas
 - D.74 Cooperação internacional corrente
 - D.75 Transferências correntes diversas
- D.8 Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
- D.9 Transferências de capital
 - D.91 Impostos de capital
 - D.92 Ajudas ao investimento
 - D.99 Outras transferências de capital
- D.92 Subsídios ao investimento
- D.99 Outras transferências de capital

– Outros registos de acumulação (K)

- K.1 Consumo de capital fixo

– Saldos (B)

- B.1 Valor acrescentado / B.1* Produto interno
- B.2/B.3 Excedente de exploração/ Rendimento misto
- B.5 Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
- B.6 Rendimento disponível
- B.7 Rendimento disponível ajustado
- B.8 Poupança
- B.9 Capacidade/necessidade líquida de financiamento